

Análise da literatura sobre governança em Arranjos Produtivos Locais: uma Revisão Sistemática de Literatura

Literature Analysis of Governance in Local Productive Arrangements: a Systematic Review

Análisis de la literatura sobre gobernanza en Arreglos Productivos Locales: una Revisión Sistemática de la Literatura

Analyse de la littérature sur la gouvernance dans les Arrangements Productifs Locaux: une Revue Systématique

Adriana Correia Lima Franca 

Universidade Regional do Cariri
Crato, Ceará, Brasil
adriana.franca@urca.br

Christiane Luci Bezerra Alves 

Universidade Regional do Cariri
Crato, Ceará, Brasil
chrisluci@urca.br

Fábio Domingues Wantenberg 

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
fdwaltenberg@id.uff.br

RESUMO

O estudo analisa o quantitativo de publicações científicas relacionadas à governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs). Para tal finalidade, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura cobrindo os últimos 20 anos. O levantamento das publicações foi realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e catalogaram-se 34 artigos, nos idiomas português e inglês, a partir da utilização das palavras-chaves: “Arranjos Produtivos Locais e Governança”. Deste total, apenas dois trabalhos foram publicados em periódicos internacionais. Verificou-se que as pesquisas trataram a governança em APL a partir dos seguintes aspectos: relações de comando, poder e hierarquia; representatividade; cooperação; coordenação; participação nos processos decisórios; dimensões e fatores componentes da governança; questões ambientais; território; e fatores que limitam a governança em APL.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjos Produtivos Locais (APLs); Governança; Revisão Sistemática de Literatura.

ABSTRACT

The study analyzes the quantity of scientific publications related to governance in Local Productive Arrangements (LPAs). A systematic literature review covering the last 20 years was conducted. The survey was conducted on the portal of journals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), and the Scientific Electronic Library Online (SCIELO), with 34 articles being cataloged, in Portuguese and English, using the keywords: "Local Productive Arrangements and Governance". It was found that the research addressed governance in LPAs from the following aspects: command, power and hierarchy relationships; representativeness; cooperation; coordination; participation in decision-making processes; dimensions and component factors of governance; environmental issues; territory; and factors that limit governance in LPAs.

KEYWORDS: Local Productive Arrangements (LPAs); Governance; Systematic Literature Review.

RESUMEN

El estudio analiza el cuantitativo de publicaciones científicas relacionadas a la gobernanza en Arreglos Productivos Locales (APLs). Para tal finalidad, fue realizada una Revisión Sistemática de Literatura envolviendo los últimos 20 años. El levantamiento de las publicaciones fue realizado en el Portal de Periódicos de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) y *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) y catalogó 34 artículos, en portugués e inglés, utilizando las palabras clave: "Acuerdos productivos locales y gobernanza". Se encontró que la investigación abordó la gobernanza en APL desde los siguientes aspectos: relaciones de mando, poder y jerarquía; representatividad; cooperación; coordinación; participación en procesos de toma de decisiones; dimensiones y factores componentes de la gobernanza; cuestiones ambientales; territorio; y factores que limitan la gobernanza en APL.

PALABRAS CLAVE: Arreglos Productivos Locales (APLs); Gobernanza; Revisión Sistemática de Literatura.

RÉSUMÉ

L'étude analyse la quantité de publications scientifiques liées à la gouvernance dans les Arrangements Productifs Locaux (APL). À cette fin, une revue systématique de la littérature couvrant les 20 dernières années a été réalisée. La recherche bibliographique a été réalisée sur le Portail des Revues de la Coordination du Perfectionnement des Personnes de Niveau Supérieur (CAPES), la Bibliothèque Électronique des Périodiques Scientifiques (SPELL) et la Bibliothèque Électronique Scientifique en Ligne (SCIELO), et 34 articles ont été catalogués, en portugais et en anglais, en utilisant les mots-clés : « Arrangements productifs locaux et gouvernance ». Il a été constaté que la recherche abordait la gouvernance dans APL sous les aspects suivants: les relations de commandement, de pouvoir et de hiérarchie ; représentativité; coopération; coordination; participation aux processus décisionnels; dimensions et facteurs constitutifs de la gouvernance; problèmes environnementaux; territoire; et facteurs qui limitent la gouvernance dans APL.

MOTS-CLÉS : Arrangements Productifs Locaux (APLs) ; Gouvernance ; Revue Systématique de la Littérature.

INTRODUÇÃO

As transformações relacionadas à aceleração da globalização e à mudança de padrão produtivo e inovativo estimulou a difusão dos modelos de desenvolvimento local como uma alternativa viável para países em desenvolvimento. Nessa perspectiva, foi realçada a importância de articular o desenvolvimento visando as especificidades dos sistemas nacionais e subnacionais e suas formas de integração ao sistema mundial (Szapiro *et al.*, 2017). Dentro dessa concepção, o enfoque de Arranjos Produtivos Locais (APLs) tem se destacado pela capacidade de gerar desenvolvimento empresarial e local.

Arranjos produtivos locais são aglomerações produtivas provenientes das interações sistêmicas entre um conjunto de atores que, numa mesma localidade, apresentam vínculos, ainda que incipientes, com a finalidade de obter ganhos econômicos a partir de diversas atividades produtivas e inovativas (Cassiolo; Lastres, 2003).

Esses arranjos são constituídos por uma estrutura complexa proveniente do número de atores que interagem e de suas características comportamentais, caracterizadas, muitas vezes, por interesses conflitantes. Por essa razão, e dada a necessidade de articulação entre os diversos atores no contexto dos APLs, a governança torna-se fundamental para facilitar sinergias e garantir a promoção da competitividade e desenvolvimento desses espaços (Cassiolo; Lastres; 2003; Suzigan; Garcia; Furtado, 2007; Fuini, 2014).

Dada a importância dessa temática e a notória atenção acadêmica para captar as contribuições da governança no contexto dos APLs, faz-se relevante uma análise das publicações, com vistas a compreender o que já foi produzido e indicar caminhos para pesquisas futuras.

Diante do exposto, o estudo buscou responder à seguinte questão: qual o cenário das publicações científicas relacionadas à governança em APLs? Para tanto, a presente revisão de literatura foi desenvolvida com o intuito de analisar o aparato geral das publicações que tratam da governança em APLs nos últimos 20 anos.

Para o cumprimento deste objetivo, a partir do uso das palavras-chaves “Arranjos Produtivos Locais e Governança”, procedeu-se a busca e seleção dos artigos publicados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) para identificar tendências abordadas e lacunas analíticas neste tema, tendo em vista que os resultados fornecem subsídios para orientar novas pesquisas. Foram

catalogados 34 artigos nos idiomas português e inglês, deste total, apenas dois compuseram literatura internacional.

A estrutura deste artigo se assenta em quatro seções, além desta introdução, a saber: na seção 2, são apresentados os aspectos teóricos-conceituais e abordagens analíticas acerca de Arranjos Produtivos Locais e Governança, em seguida, na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa. Posteriormente, na seção 4, são apresentados os resultados e discussões e, na última seção, as considerações finais.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

A literatura sobre aglomerações produtivas é sustentada por estudos desenvolvidos em diferentes contextos, com distintas perspectivas teóricas, resultando em uma diversidade de abordagens e terminologias.

O termo APL é uma definição brasileira para alguns dos aglomerados locais encontrados no país. Essa abordagem difundiu-se no âmbito nacional na virada do século XX, em meio a desestruturação produtiva provocada por uma política de cunho liberal, centrada numa estratégia de ajustamento fundamentada na abertura comercial, na liberalização e na desregulamentação (Szapiro *et al.*, 2017).

Nesse cenário, essa nova abordagem política, conceitual e metodológica, em torno de APL, implica uma nova forma de entender e orientar o desenvolvimento produtivo e inovativo, em contraposição às teorias tradicionais que acentuavam a exclusão dos casos de estruturas produtivas menos desenvolvidas e desarticuladas. Busca-se um novo olhar sobre o espaço econômico que leve em consideração as especificidades regionais e locais dos que atuam nas atividades produtivas.

APLs são aglomerações produtivas resultantes das interações entre um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais que, com foco em um conjunto de atividades econômicas, numa mesma localidade, apresentam vínculos, ainda que incipientes e criam sinergias que possibilitam o alcance de ganhos por estarem localizados no mesmo espaço econômico. De modo geral, envolvem a participação e interação de empresas e suas diversas formas de representação e associação, e abrangem também organizações públicas e privadas direcionadas para formação e capacitação de recursos humanos (Cassiolato; Lastres, 2003).

Seu enfoque é mais avançado e vai além de tradicionais concepções baseadas em organizações individuais; a visão sistêmica que perpassa a concep-

ção de APL abrange atores e atividades produtivas e inovativas com distintas dinâmicas e trajetórias, que envolvem desde as mais intensivas, até aquelas que adotam conhecimentos endógenos ou tradicionais (Cassiolato; Vargas, 2012). Importa, ainda, acrescentar que os agentes diversos podem formar uma estrutura complexa, dependendo das suas relações e interações, propiciando economias externas fundamentais para suas competitividades.

A noção de território é importante para a atuação em APL, pois além do fato de o território ser a referência de um local com concentração de atividades econômicas, representa uma base social, cultural, política e econômica comum (Amaral Filho, 2009). Entretanto, a importância dada ao território não deve ser confundida com a limitação do arranjo à dimensão local, tendo em vista que o APL constitui um espaço de articulação entre os diversos protagonistas, externos e internos, contribuindo para o surgimento de soluções inovadoras em benefício da sociedade (Lastres; Cassiolato, 2008).

Algumas características são consideradas importantes quando se fala em APL, tais como: (i) dimensão territorial, já que seus atores estão localizados e interagem em uma determinada área; (ii) diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais, por envolver a participação não apenas de empresas, mas uma diversidade de atores; (iii) conhecimento tácito, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões; (iv) inovação e aprendizado interativos, que se constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações; (v) grau de enraizamento, que compreende as articulações e os distintos agentes dos APLs com as capacitações e seus recursos (humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros); e (vi) governança, que se refere aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e as atividades, dado que a configuração de cada APL é única e, desta forma, estes arranjos se encontram ancorados em formas particulares de coordenação (ou governança) (Cassiolato; Lastres; 2003).

Abordagens de Governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs)

A governança encontra respaldo em vários tipos de abordagens analíticas. Dentre as teorias que tratam da governança a partir das relações de comando, poder e hierarquia existentes no sistema de produção, destacam-se as contribuições de Storper e Harrison (1991); Gereffi (1994, 1999) e Humphrey

e Schmitz (2000), considerados autores basilares destas discussões. Embasados nas contribuições originais de Williamson (1985), Storper e Harrison (1991), discutem as estruturas de governança a partir das relações de poder e hierarquia existentes no sistema de produção. Os autores apresentam inicialmente uma classificação de cadeias produtivas (sistemas de produção) a partir de três dimensões: i) a estrutura dos sistemas de insumo-produto; (ii) a existência de aglomerações de empresas; e (iii) a estrutura de governança da rede de empresas. Em seguida, elaboram uma matriz *core and ring*, que relaciona o *core*, condição onde o poder é assimétrico, de modo que algumas firmas ou algumas empresas determinam a existência de outras no arranjo; e o *ring*, onde o poder é simétrico entre diferentes segmentos de agentes, e a existência de firmas não depende necessariamente do poder de decisão de outras empresas (Quadro 1).

Quadro 1 – Estruturas de governança de Storper e Harrison (1991)

All ring no core	Core-ring with coordinating firm	Core-ring with lead firm	All-core no-ring
<ul style="list-style-type: none"> • Não há presença de empresa líder; • Não existe hierarquia; • Simetria entre os agentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de certo grau de hierarquia; • Assimetria entre os agentes; • Existência de certa influência sistêmica que uma (ou algumas) empresas exercem perante outras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assimetria entre os agentes; • Relações de hierarquia entre os agentes; • Presença de uma empresa líder dominante; • Empresa líder é dominante (participação de outras empresas no sistema dependem da estratégia da líder); • Empresa líder independente de seus fornecedores, distribuidores e subcontratantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande empresa verticalizada assume a produção e distribuição de mercadorias.

Fonte: Adaptado de Storper e Harrison (1991).

É relevante destacar que as relações entre as empresas na coordenação da atividade produtiva configuram-se, mais comumente, de acordo com as duas estruturas intermediárias (*Core-ring with coordinating firm* e *Core-ring with lead firm*).

Outro aspecto importante a respeito da governança, vincula-se à análise sobre cadeias globais de produção (*global commodity chains*), de Gereffi

(1994). Mediante análise do formato organizacional das cadeias produtivas internacionais, o autor investiga as hierarquias e as formas de governança presentes ao longo da cadeia. Um dos pontos centrais é que a apropriação de valor por parte dos agentes integrantes da cadeia produtiva não é realizada de forma simétrica, já que são notáveis as hierarquias ao longo do sistema. A governança é analisada sob quatro dimensões¹, com base nas quais Gereffi (1994) aponta a existência de dois tipos de cadeias produtivas globais: as cadeias *producer-driven* (dirigidas pelo produtor) e as cadeias *buyer-driven* (dirigidas pelo comprador). Estes formatos estão atrelados a distintas estruturas de governança, determinados pela capacidade da empresa em reter ativos estratégicos. A inserção em cadeias globais, conforme Gereffi (1999), apresenta-se para os produtores locais como um caminho para o processo de aprendizado e *upgrading* industrial, obtidos a partir da interação com compradores globais.

Entretanto, existem alguns pontos divergentes ou de crítica em relação ao impacto de vínculos externos no processo de *upgrading* de produtores locais nos países em desenvolvimento, com relação à inserção em cadeias globais. Diante disso, abre-se espaço para a investigação das relações entre a forma de governança do sistema local e suas interações com a cadeia global, assim como as possibilidades de desenvolvimento dos produtores locais.

A partir dessa perspectiva, Humphrey e Schmitz (2000) apresentam o conceito de governança associado à coordenação de atividades econômicas através de relações extra-mercado, identificadas a partir de três formas de governança que retratam o grau de simetria das relações entre atores locais e globais: (i) governança em rede, que representa formas de coordenação onde a relação de poder entre empresas é relativamente simétrica, desta forma, as empresas possuem aproximadamente o mesmo peso na tomada de decisões; (ii) governança quase hierárquica, que implica a subordinação de uma empresa a outra com maior poder; e (iii) governança hierárquica, que envolve uma forte integração e existência de uma empresa líder que define regras, produtos e suas especificidades. Ao mesmo tempo que diferenciam as interações entre formas de governança globais e locais, os autores utilizam o termo para elencar duas formas de governança local, pública e privada, conforme ilustrado no quadro 2.

1 Cadeia e valor agregado; espaço geográfico; relações de autoridade ou poder das empresas; e contexto institucional (Gereffi, 1994).

Quadro 2 – Categorias de Governança Público-Privada e Local-Global

	Nível Local	Nível Global
Governança Pública	<ul style="list-style-type: none">• Governança Pública• Governança Privada• Governança Público-Privada	<ul style="list-style-type: none">• Regras da OMC;• Regras nacionais e supranacionais de referência global.
Governança Privada	<ul style="list-style-type: none">• Exercida pelas associações de classe e agências locais privadas de desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none">• Cadeias globais coordenadas pelos compradores;• Cadeias globais coordenadas pelos produtores.
Governança Público-Privada	<ul style="list-style-type: none">• Redes de políticas locais e regionais.	<ul style="list-style-type: none">• Parâmetros internacionais;• Campanhas internacionais de organizações não governamentais.

Fonte: Humphrey e Schmitz (2000, p.5).

Neste aspecto, o ponto central da análise recai sobre a interação entre as formas globais de coordenação e as formas locais de governança, em particular aquelas que envolvem a interação entre formas públicas e privadas de governança.

Contribuindo com o entendimento da governança em Arranjos ou Sistemas Produtivos Locais, Suzigan, Garcia e Furtado (2007) afirmam que esta pode ser entendida como a capacidade de comando ou coordenação que determinados agentes exercem sobre as mútuas relações produtivas, comerciais, entre outras, interferindo decisivamente no desenvolvimento do sistema ou arranjo local.

Considerando os mecanismos de governança existentes em um território específico, como é o caso dos APLs, a governança deve ser vista como um processo participativo e inclusivo, o que requer a geração de sinergia entre todos os atores envolvidos para evitar conflitos e ações contraditórias (Lastres e Cassiolato, 2008).

Nessa perspectiva analítica, a governança em APL é definida como estruturas e modos de coordenação da participação de atores para atingir objetivos definidos coletivamente. Nesse entendimento, a governança se refere às diferentes maneiras pelas quais indivíduos e organizações (públicas e privadas) administram seus problemas comuns e acomodam interesses conflitantes por meio de ações cooperativas, a partir da prática de uma gestão compartilhada de processos decisórios, focada em alcançar objetivos comuns e beneficiar o maior número de empresas possível com suas iniciativas (Cassiolato; Lastres 2003; Villela; Pinto, 2009).

Na concepção de Cassiolato e Szapiro (2002), a governança está atrelada ao estabelecimento de práticas democráticas locais, através da intervenção e par-

ticipação de diversas categorias de atores, no entanto, chamam atenção para o fato de que empresas localizadas fora do arranjo afetam significativamente os processos decisórios locais. A forma como é coordenada a estrutura de governança é definida de acordo com as particularidades de cada aglomerado, e quanto às formas de governança, ou as empresas locais se organizam em forma de “redes”, ou a governança se daria através de formas “hierárquicas”. Na forma hierárquica, a autoridade é internalizada por grandes organizações, enquanto, na forma de redes, há um elevado número de relações entre diferentes agentes, sem que nenhum deles tenha caráter dominante.

Na mesma direção, Lastres e Cassiolato (2008) identificaram dois tipos de governança em APL: a governança hierárquica e a governança não hierárquica. Na segunda forma, a governança é caracterizada pela presença de pequenas e médias empresas, onde poucos atores são dominantes e a coordenação que prevalece é horizontal.

Ainda no entendimento da governança com foco na participação de atores como meio para alcançar o desenvolvimento, destaca-se a análise de Cançado, Tavares e Dallabrida (2013), que aborda a governança em APLs a partir de duas ópticas: estrutural e processual. Na governança estrutural estão envolvidas as ações do grupo de atores que atuam no APL, bem como suas influências sobre o grupo, de acordo com suas possibilidades. Já a governança processual está atrelada à coordenação das relações que ocorrem entre esses atores, abordando mecanismos de cooperação e colaboração que envolvem o processo decisório.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de realizar um levantamento da produção científica sobre governança em Arranjos Produtivos Locais, este estudo utilizou a Revisão Sistemática de Literatura, que identifica as contribuições científicas-chaves em um determinado campo de pesquisa, sendo considerada na atualidade um procedimento científico fundamental. Tal metodologia facilita a busca abrangente, avaliação e síntese de estudos relevantes sobre um tópico específico (Mentzer; Kahn, 1995; Tranfield; Denyer; Smart, 2003). Destaca-se por apresentar abordagem rigorosa e bem definida, tendo como objetivo minimizar o viés da literatura, na medida em que é realizada uma busca exaustiva dos textos publicados sobre o tema que se pretende analisar, além de fornecer um quadro geral sobre o assunto e facilitar a visualização de controvérsias teóricas (Thorpe *et al.*, 2005).

Esta revisão foi conduzida a partir das seguintes etapas: (i) formulação da pergunta de pesquisa; (ii) definição das estratégias de buscas; (iii) seleção e acesso à literatura; e (iv) análise, síntese e divulgação dos resultados.

O levantamento das publicações foi realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a partir da utilização das palavras-chaves: “Arranjos Produtivos Locais e Governança”. O grande número de artigos retornados levantou a necessidade de filtros. Na etapa de filtragem utilizaram-se os seguintes critérios: (i) artigos; (ii) periódicos revisados por pares para melhor garantir a qualidade²; e (iii) publicados nos últimos 20 anos, pois nesse período essa literatura floresceu.

Na sequência, efetuou-se a leitura do título, resumo, palavras-chave e conclusão dos artigos listados para identificar as pesquisas relacionadas ao objetivo deste estudo, e foram excluídos aquelas que, apesar de tratar da governança, não se propunham a analisar essa temática no contexto dos APLs, e desta forma, não contribuía com a temática desta pesquisa³.

A análise crítica dos artigos escolhidos, na etapa anterior, foi realizada a partir da leitura integral dos artigos, visando extrair aspectos relevantes dos estudos, tais como: objetivo, abordagem teórica, metodologia, resultados e conclusão. Além disso, foi elaborado para cada artigo, um breve resumo para auxiliar na avaliação e interpretação dos dados (Quadro 3).

2 Utilizado no Portal Capes, que permitiu esse tipo de filtro.

3 Vale ressaltar que o conceito de APL faz parte de uma proposta de sistematização feita por um grupo de pesquisadores da Redesist (Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ), sendo uma caracterização essencialmente do Brasil. O termo, na concepção teórica, difere do cluster, utilizado na literatura internacional, mas se diferencia especialmente em conteúdo. Embora o APL seja um tipo específico de cluster, o inverso não é verdadeiro, uma vez que diferem a partir do envolvimento dos atores econômicos presentes nas duas formações de aglomerados. Nos aspectos geográficos, por exemplo, distinguem-se no que tange ao aspecto territorial, à estrutura de governança interna, ao tamanho e ao porte das firmas envolvidas, e à participação de atores sociais e políticos. Reconhece-se que isso pode ter limitado o alcance de literaturas internacionais. Como o interesse da problemática aqui proposta necessita dos elementos teóricos que carrega o conceito de APL, o recurso metodológico pode ter limitação; todavia, considera-se adequado para os fins analíticos os quais reforçam a teoria que subsidia a problemática, especialmente em sua associação com o construto da governança.

Quadro 3 – Etapas de formação do portfólio*

Buscas: artigos vinculados às palavras-chave “Arranjos Produtivos Locais e Governança” e suas variações ⁴ : 206 artigos	Portal Capes: 173 artigos Portal Scielo: 12 artigos Portal Spell: 21 artigos
Artigos duplicados e excluídos: 39 artigos	Portal Capes: 28 artigos Portal Scielo: 5 artigos Portal Spell: 6 artigos
Leitura dos títulos, resumos, palavras-chaves e conclusões: 167 artigos	Portal Capes: 145 artigos Portal Scielo: 7 artigos Portal Spell: 15 artigos
Exclusão dos artigos desalinhados: 133 artigos	Portal Capes: 122 artigos Portal Scielo: 2 artigos Portal Spell: 9 artigos
Leitura criteriosa dos artigos (portfólio final): 34 artigos	Portal Capes: 23 artigos Portal Scielo: 5 artigos Portal Spell: 6 artigos

*Dados da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

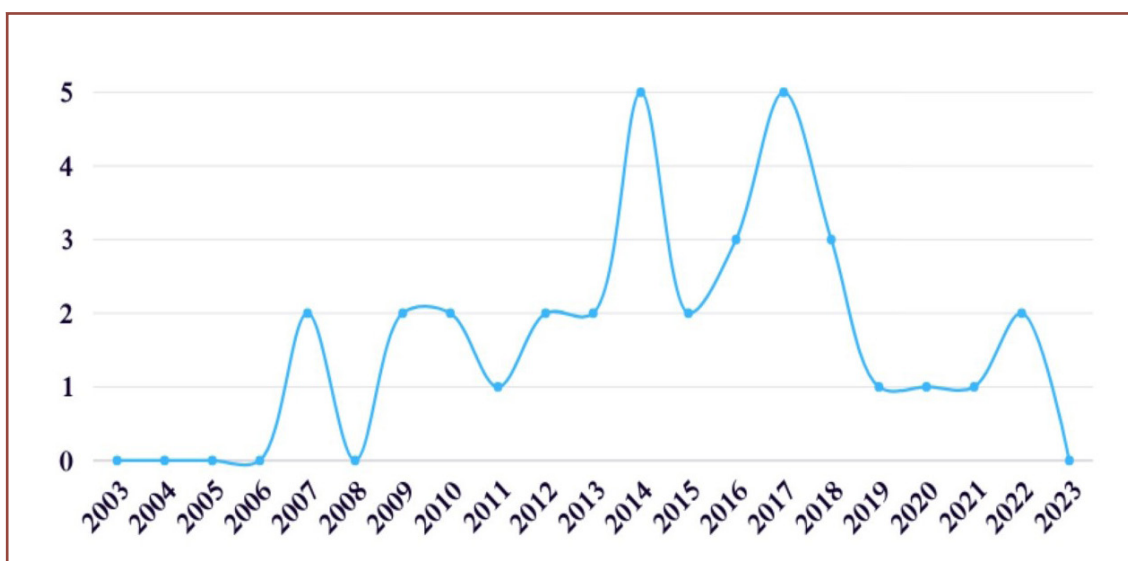
A síntese e exposição dos resultados teve como enfoque a descrição das principais características dos estudos, tais como: distribuição temporal das publicações, periódicos, abordagens metodológicas e principais enfoques identificados nas pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme a distribuição temporal das publicações catalogadas neste estudo, percebe-se, na literatura, o interesse acerca do tema abordado nesta pesquisa, uma vez que todos os artigos selecionados foram publicados entre 2007 e 2022. No período de 2007 a 2013, os registros catalogaram 11 publicações; já nos anos de 2014 e 2017, constatou-se o maior número de publicações, totalizando 29,4% do corpus textual da pesquisa, sendo 5 no ano de 2014 e 5 no ano de 2017. A Figura 1 demonstra uma tendência de queda após o ano de 2017, no entanto, a taxa de produção científica anual permaneceu positiva durante o período de 2018 a 2022.

Em seguida, fez-se um levantamento dos periódicos, e como mostra a Tabela 1, os periódicos Revista de Administração Pública (RAP) e Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR) constituem as duas principais fontes de divulgação científica sobre governança em APL no período, correspondendo, respectivamente, a 17,6% do total de publicações.

⁴ No Portal de Periódicos Capes, o asterisco é utilizado para considerar as variações das palavras.

Figura 1 – Ano e quantidade de artigos publicados sobre “Arranjos Produtivos Locais e Governança”

Fonte: elaboração própria.

Em relação à incidência de artigos publicados, constatou-se a concentração nos Qualis B1 e B2. Dessa maneira, conclui-se que as produções relacionadas ao eixo estudado atendem aos aspectos técnico-científicos dos periódicos com classificações elevadas, demonstrando qualidade e relevância na área.

Tabela 1 – Governança em Arranjos Produtivos Locais – divulgação científica por periódico 2007-2023

Periódico	Quantidade	(%)
Revista de Administração Pública	3	8,8
Revista de Economia e Sociologia Rural	3	8,8
Gestão & Produção	2	5,9
Organizações em Contexto	2	5,9
Desenvolvimento em Questão	2	5,9
REGE Revista de Gestão	2	5,9
Textos de Economia	2	5,9
Revista Ibero-Americana de Estratégia	2	5,9
RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise	2	5,9
Interações	1	2,9
READ. Revista Eletrônica de Administração	1	2,9
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	1	2,9

Continua na próxima página...

Periódico	Quantidade	(%)
Journal of Latin American Geography	1	2,9
Revista de Ciências da Administração	1	2,9
Ambiente & Sociedade	1	2,9
REDES Revista de Desenvolvimento Regional	1	2,9
Revista de Economia Contemporânea	1	2,9
Gestão e Regionalidade	1	2,9
Revista Paraense de Desenvolvimento	1	2,9
Research, Society and Development	1	2,9
Interciência	1	2,9
Revista Eletrônica de Ciências Administrativa	1	2,9
Revista Geográfica de América Central	1	2,9
Total	34	100

Fonte: Elaboração própria.

Concernente às principais metodologias utilizadas nos artigos, o percentual das pesquisas de natureza qualitativa, quantitativa e quanti-qualitativa, foi de 81,3%, 6,2% e 12,5%, respectivamente. No primeiro grupo, os estudos de caso, aplicação de questionários e realização de entrevistas foram as estratégias mais utilizadas. Para as pesquisas quantitativas, a Análise Fatorial Exploratória e Modelagem de Equações Estruturais, baseado em Mínimos Quadrados Parciais foram as técnicas utilizadas para o tratamento de dados. Similar ao primeiro grupo, os estudos quali-quantitativos realizaram os mesmos procedimentos, com ressalva para tratamentos estatísticos dos dados e criação de índices, por exemplo.

Após uma visão geral das pesquisas para identificar as tendências e temáticas abordadas, verificou-se que as pesquisas trataram a governança em APL a partir dos seguintes aspectos: relações de comando, poder e hierarquia; representatividade; cooperação; coordenação; participação nos processos decisórios; dimensões e fatores componentes da governança; questões ambientais; território; e fatores que limitam a governança em APL.

Relações de comando, poder e hierarquia

Nesse recorte, a estrutura de governança está associada à forma como os atores estão organizados, representam as forças organizacionais e institucionais (hierarquia, poder, relacionamentos etc.) que direcionam o comportamento dos agentes. Nessa perspectiva, algumas pesquisas (Baptista;

Alvarez, 2007; Suzigan; Garcia; Furtado, 2007; Queiroz, 2013; Mello; Pinto, 2022) investigaram a estrutura de governança em APL com foco nas relações de comando, poder e hierarquia. O argumento central desses ensaios é que a governança em APL viabiliza a identificação da estrutura para o relacionamento entre empresas. Apontaram que uma das formas de os agentes se estruturarem no contexto de um APL é por meio de hierarquia, com uma governança imposta pelos agentes de maior força no mercado, em função das assimetrias ali existentes.

Em se tratando da inserção em cadeias globais, o estudo de Tahim e Araújo Júnior (2014) corrobora os achados de diversos estudos produzidos pela RedeSist, sinalizando para relações de poder assimétricas ao longo da cadeia produtiva, em que os principais estágios da cadeia de valor são apreendidos em grande parte por agentes externos. Nesse sentido, Suzigan, Garcia e Furtado (2007) fizeram ressalvas sobre o fato de que APL compostos predominantemente por grandes empresas dominantes, inseridas em cadeias globais, deixam pouco espaço para formas de governança local. Esse tipo de articulação entre global e local resulta no estabelecimento de uma estrutura de governança hierárquica.

Representatividade

A representatividade, entendida como um dos elementos fundamentais na análise da governança, diz respeito à dimensão estrutural, a qual compreende os atores e suas respectivas atividades no APL. É também através da representatividade que se assegura um processo transparente e consensual de tomada de decisões. Ademais, a maneira como os atores realizam suas atividades determina sua atuação e permite identificar maior ou menor representatividade no APL.

As formas de representação dos atores que fazem parte do APL são definidas por distintos grupos, dentre eles: empresas, instituições de ensino e pesquisa, organizações de apoio, organizações de negócio, poder público etc. (Campos; Trintin; Vidigal, 2009; Antero *et al.*, 2016; Antero *et al.*, 2022).

Tais atores interagem para alcançar objetivos comuns, para tanto, diversas são suas formas de atuação. A clara definição dos papéis e responsabilidade de cada ator facilita a articulação e potencializa as ações de governança. Dentre os distintos atores, as organizações de apoio e o poder público se destacam por exercer importante influência na governança mediante a criação ou fortalecimento de espaços de diálogo e construção de estratégias coletivas.

Nessa perspectiva, alguns autores (Sacomano Neto; Paulillo, 2012; Gussoni; Weise; Medeiros, 2015; Zambrana; Teixeira, 2016) destacaram a importância da atuação comprometida das organizações de apoio e do poder público para viabilizar as práticas de cooperação entre as empresas e o desenvolvimento do APL. Outros estudos (Baptista; Alvarez, 2007; Villela; Pinto, 2009; Campos; Trintin; Vidigal, 2009; Farina *et al.*, 2017) acrescentaram que as organizações de apoio são fundamentais para a consolidação do desenvolvimento, uma vez que auxiliam na institucionalização e operacionalização das atividades no APL, gerando esforço coletivo por meio da ação conjunta. Além disso, a existência de instituições locais com representatividade política, econômica e social, em diálogo com o setor produtivo, também é fundamental para estabelecer a forma de governança que prevalecerá na aglomeração.

Quanto à atividade, é identificada a ação desempenhada por cada ator, e como esta contribui para o desempenho do APL, visto que, tais atores buscam, de forma articulada, planejar e desenvolver ações estruturantes de fortalecimento do arranjo (Silva; Tavares; Silva, 2015; Antero *et al.*, 2016). Nesse sentido, algumas pesquisas (Azevedo Filho; Ribeiro, 2011; Antero *et al.*, 2016) destacaram as ações desempenhadas pelas organizações de apoio, tais como: criação de programas de treinamento de mão de obra, criação de agência fornecedora de informações tecnológicas, promoção de ações cooperativas, entre outras.

Em outras pesquisas (Campos; Trintin; Vidigal, 2009; Azevedo Filho; Ribeiro, 2011), as instituições de ensino e pesquisa foram citadas pela importância em apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas através de propostas de projetos de pesquisa desenvolvidos com empresários do setor. Tais instituições são formadoras de competências e mão de obra especializada, com ênfase nas atividades produtivas, visando promover o desenvolvimento do APL.

Cooperação

Um dos papéis primordiais da governança nas aglomerações de empresas é a capacidade de fortalecer e estimular as políticas de cooperação, com a finalidade de tornar as empresas mais competitivas e, principalmente, assegurar a sustentabilidade local e regional (Cassiolato; Lastres, 2003). Nessa perspectiva, a estruturação de um arranjo de governança sustentável requer o desenvolvimento de mecanismos que viabilizem o direcionamento das ações de forma conjunta.

Ao viabilizar a interação entre atores, a governança é identificada como norteadora de ações conjuntas em prol do desenvolvimento dos APLs. Nessa direção, algumas literaturas (Oliveira; Santana, 2012; Almeida; Cario, 2013; Patias *et al.*, 2017) destacaram a importância da interação entre atores por proporcionar eficácia e competitividade ao APL, e ainda por otimizar (Alves; Gonçalves; Pardini, 2014; Herrmann *et al.*, 2017) o desempenho por meio da implementação de processos inovativos.

Em outras pesquisas (Teixeira; Teixeira, 2011; Gussoni; Weise; Medeiros, 2015; Silva; Tavares; Silva, 2015; Zambrana; Teixeira, 2016; Herrmann *et al.*, 2017), o relacionamento entre atores é caracterizado pelos vínculos de cooperação, que implica na realização de ações conjuntas pelos atores do APL, induzindo às empresas locais na consolidação da governança. Por essa razão, parte dos estudos (Campos; Trintin; Vidigal, 2009; Zambrana; Teixeira, 2016) ressaltaram que é na realização da ação conjunta que ocorre a materialização da cooperação, proporcionando maior integração, diálogo e confiança mútua entre atores.

As ações conjuntas podem ocorrer entre empresas, entre empresas e poder público e entre empresas e instituições técnicas e financeiras. Alguns ensaios (Villela; Pinto, 2009; Sacomano Neto; Paulillo, 2012; Zambrana; Teixeira, 2016) destacaram a existência de vários tipos de ações coletivas, tais como: desenvolvimento de projetos conjuntos para melhoria de produtos e processos, participação coletiva em feiras, compra coletiva de materiais, convênio para obtenção de investimentos e promoção do APL, dentre outras ações, que permitem obter benefícios relacionados a competitividade e desenvolvimento do arranjo.

Coordenação

Uma das funções básicas do sistema de governança é a coordenação das atividades dispersas dos atores de modo que os objetivos coletivos sejam cumpridos. Diante disso, a coordenação dos processos e a articulação dos atores, desempenhada pela governança, são considerados elementos importantes na evolução de um simples aglomerado para um APL.

Ao passo que as ações deixam de ser individualizadas e tornam-se mais coletivizadas, alguns estudos (Baptista; Alvarez, 2007; Sacomano Neto; Paulillo, 2012; Queiroz, 2013) sinalizaram para a necessidade de coordenação das diversas ações da governança, em face dos interesses conflitantes existentes nas interações, sendo necessário um alto nível de organização e condução

dessas ações. Logo, a base para essas ações é o sistema de coordenação desenvolvido e implantado para unir os esforços e resultar em vantagens competitivas para os atores participantes dos arranjos.

Para compreender a coordenação no APL, são destacados fatores relacionados à organização e condução das atividades desempenhadas. Nesse esforço, ensaios (Azevedo Filho; Ribeiro, 2011; Antero *et al.*, 2016; Bitante *et al.*, 2018) ressaltaram a importância de estabelecer previamente procedimentos e operações para que exista padronização das atividades desempenhadas pelos atores no arranjo, visto que, em alguns casos, tais procedimentos e operações podem contribuir para que as empresas se adequem às normas e regras baseadas em responsabilidade social, fiscal e na sustentabilidade, além do respeito aos padrões internacionais de trabalho.

A elaboração de um planejamento estratégico, a transparência na implementação das ações, bem como o monitoramento dos projetos implementados, são considerados fundamentais para acompanhar o desempenho da governança. Apesar da complexidade de verificar tal desempenho, é relevante que as ações sejam administradas e as distorções corrigidas, visando à realização dos objetivos do APL. Nessa perspectiva, alguns autores (Villela; Pinto, 2009; Azevedo Filho; Ribeiro, 2011; Antero *et al.*, 2016; Bitante *et al.*, 2018) apontaram como atividades relacionadas ao planejamento, implementação e controle, as reuniões periódicas em que são debatidas questões relacionadas à divulgação de informações e controle das atividades.

Quanto à estrutura de gestão, esta é definida pela forma como a coordenação é realizada entre os atores do APL. Dentre os atores responsáveis por realizar a coordenação, algumas pesquisas (Azevedo Filho; Ribeiro, 2011; Sacomano Neto; Paulillo, 2012) mencionaram as entidades no desempenho dessa função, com destaque para as organizações de negócio, no entanto, ressaltaram que o melhor tipo de ator para realizar a coordenação é sempre aquele que atende aos anseios dos demais e promove o desenvolvimento do APL.

Coordenar a interação entre atores é também uma questão fundamental quando se trata da governança, visto que tais interação determinam quanto os atores estão conectados no APL, favorecendo a realização de ações conjuntas para alcance de objetivos coletivos. Nessa perspectiva, determinados estudos (Azevedo Filho; Ribeiro, 2011; Zambrana; Teixeira, 2016; Antero *et al.*, 2016) ressaltaram que a interação está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos atores, e conseqüentemente, do APL.

Participação nos processos decisórios

Essa perspectiva aponta que processos decisórios centralizados prejudicam o desenvolvimento do APL, resultando na implementação de metas que se opõem aos interesses de muitos participantes. Por outro lado, quanto maior a participação no processo decisório, caracterizada pelo engajamento de todos os atores presentes no APL, deliberando de forma conjunta, mais favorecida é a promoção do desenvolvimento, assim como a coordenação do APL, de forma geral.

Por essa razão, determinados estudos (Campos; Trintin; Vidigal, 2009; Villela; Pinto; 2009; Antero *et al.*, 2016; Conejero; César, 2017) enfatizaram a importância da gestão compartilhada de processos decisórios, baseada no consenso estabelecido entre os atores em prol de ações para o desenvolvimento empresarial e local.

Entretanto, apesar da importância da gestão compartilhada, algumas pesquisas (Campos Trintin; Vidigal, 2009; Farina *et al.*, 2017) destacaram a frágil e incipiente participação dos representantes das empresas, evidenciando que tal lacuna gera a necessidade de ações que fomentem e fortaleçam essa participação para que as deliberações do APL reflitam as suas demandas e sejam mais assertivas quanto à realização de atividades que promovam o desenvolvimento.

Outros ensaios (Villela; Pinto, 2009; Antero *et al.*, 2016, Conejero; César, 2017; Antero *et al.*, 2022) sinalizaram para as dificuldades dos atores em construir uma identidade coletiva, destacando ressalvas sobre a necessidade de qualificar os atores para participarem ativamente do processo decisório em favor de deliberações conjuntas. Reforçaram, ainda, que o processo decisório precisa ser democrático, transparente e convidativo o suficiente para evitar a desconfiança dos envolvidos, pois processo decisório incipiente tende a gerar um ciclo em que ocorre o distanciamento dos atores que não participam das decisões, refletindo na ineficiência das ações e contrariedade quanto à obtenção de benefícios.

Dimensões e fatores componentes da governança

Diante da diversidade de caminhos para compreender a governança em APL, foi possível notar que alguns estudos (Silva; Tavares; Silva, 2015; Bitante *et al.*, 2018; Marini; Corrêa Neto, 2018; Salume; Guimarães; Rantisi, 2019) buscaram examiná-la apoiados na definição de dimensões e identificação de seus fatores componentes.

Silva, Tavares e Silva (2015) abordaram a governança sob as ópticas estrutural e processual. A análise das dimensões estrutural e processual considerou os elementos representatividade, cooperação e coordenação para compreensão da governança em APL.

Salume, Guimarães e Rantisi (2019), ao analisarem as dimensões contextual, estrutural e instrumental da governança que influenciam a evolução das aglomerações produtivas, buscaram compreender as relações causais entre essas dimensões, apontando sua influência nas diferentes formas de governança nas aglomerações.

Tendo em vista a importância dos fatores componentes da governança, a pesquisa de Bitante *et al.* (2018) analisou se os fatores estrutura, objetivos, funções, mecanismos e agentes, são realmente componentes essenciais à governança exercida em APL. Os resultados evidenciaram a importância desses fatores para caracterização e avaliação da governança exercida nesses ambientes.

Marini e Corrêa Neto (2018), ao analisarem a governança local a partir de um conjunto de elementos (capacidade de coordenação, capacidade de articulação, poder na resolução de conflitos, transparência na gestão, práticas democráticas e dificuldades na governança local) sinalizaram para a necessidade premente de estruturação da governança em APL.

Questões ambientais

As questões ambientais devem ser consideradas como prioridades nas interações de governança no contexto dos APLs, dado que é nesse espaço que as negociações e relações de poder podem efetivamente contribuir para melhorar ou piorar a qualidade do meio ambiente. Entretanto, poucos estudos (Tahim; Araújo Júnior, 2014; Teixeira, 2020) deram enfoque a essa discussão.

Tahim e Araújo Júnior (2014) ressaltaram que a competitividade das empresas depende fortemente da capacidade de inovação nas formas de preservação do meio ambiente, isso porque, para serem competitivas no mercado global, as empresas precisam desenvolver maiores competências na questão ambiental.

Apesar disso, o estudo de Teixeira (2020) demonstrou que a dinâmica de governança em APL dedicados a questões ambientais no Brasil não se enquadra em alguns dos principais pressupostos encontrados na literatura convencional. O argumento central é que as interações de governança rela-

cionadas aos resíduos dos APL brasileiros são mais propensas a resultar em estratégias e iniciativas divergentes e fragmentadas do que em cooperação e ações coletivas para resolver problemas ambientais compartilhados. Isso porque as interações de governança são marcadas por relações de poder desiguais e, portanto, por processos hierárquicos de tomada de decisão conflitantes, tornando a resolução dos problemas ambientais ainda mais complexa. Diante da ausência de representação e ações coletivas, as questões ambientais são negligenciadas em nível de governança local, devido à influência de alguns participantes poderosos, mesmo que os problemas ambientais sejam uma preocupação comum nos APLs.

Território

O território aparece como dimensão fundamental das estruturas de governança em APLs, uma vez que fornece o contexto social, econômico e cultural onde estes operam. A territorialização também envolve a construção de uma identidade local que fortalece a coesão entre os participantes, e conseqüentemente a estrutura de governança. Nessa perspectiva, alguns ensaios (Fuini, 2012, 2014; Corrêa Neto, 2018) ressaltaram que a estrutura territorial e as características locais (como infraestrutura, cultura e recursos naturais) influenciam as práticas de governança nos arranjos. Acrescentaram que tais práticas são ainda mais eficazes quando adaptadas às especificidades do território.

Por essa razão, determinadas pesquisas (Fuini, 2014; Conejero; César, 2017) apontaram que a governança se apresenta como uma discussão importante no contexto dos APLs, pois tem a capacidade de definir que tipo de estratégia competitiva cada território deve adotar e como isso será remetido ao desenvolvimento local.

Quanto à localização geográfica dos APLs, esta pode determinar as relações de poder entre os atores, com regiões mais desenvolvidas tendo maior capacidade de atrair investimentos. Diante disso, Fuini (2014) ressaltou que a localização geográfica dos APLs influencia diretamente sua dinâmica de governança. Aspectos como proximidade a mercados, acesso a recursos naturais e características socioeconômicas afetam a forma como os atores interagem. Nesse sentido, as literaturas de Fuini (2014), Tahim e Araújo Júnior (2014), Conejero e César (2017) e Antero *et al.* (2022) acrescentaram que APLs inseridos em regiões com características geográficas favoráveis podem ter uma governança mais robusta e uma maior representatividade.

Fatores que dificultam a governança

Apesar da importância da governança como promotora do desenvolvimento em APL, vários fatores têm dificultado sua consolidação, como apontado por muitas pesquisas (Suzigan; Garcia; Furtado, 2007; Villela; Pinto, 2009; Campos; Trintin; Vidigal, 2009; Teixeira; Teixeira, 2011; Alves; Gonçalves; Pardini, 2014; Silva; Tavares; Silva, 2015; Gussoni; Weise; Medeiros, 2015; Antero *et al.*, 2016; Zambrana, Teixeira, 2016; Krag *et al.*, 2017; Marini; Corrêa Neto, 2018; Teixeira, 2020), dentre eles: ausência de instrumentos de monitoramento; falta de planejamento e objetivos; empresas líderes ou âncoras dominam a coordenação, dificultando a participação de empresas menores nos processos de planejamento e decisão; inexistência de prática de negociações abertas e contínuas entre atores; fragilidade nas interações e ações conjuntas; falta de confiança motivada pelo relacionamento instável entre concorrentes, que pode acarretar na falta de interesses coletivos, causando uma baixa participação em reuniões; fragilidade na estrutura de governança quanto à centralidade, proximidade e intermediação da rede de inovação; frágil intervenção das instituições de apoio e poder público; estratégias divergentes e fragmentadas voltadas para problemas ambientais, entre outros.

Vilpoux e Oliveira (2010) apontam, ainda, a falta de metodologia eficiente para avaliação dos sistemas de governança que leve em conta os relacionamentos e a cooperação informais, que são muito característicos em arranjos e sistemas produtivos locais. Isso em vista, essa realidade exige formas diferenciadas de governança, considerando as especificidades das relações que ocorrem entre os atores inseridos nesses contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta revisão sistemática, foi possível identificar as tendências e lacunas das publicações que tratam da governança em APL, demonstrando que o campo de pesquisa tem recebido notória atenção acadêmica. A análise dos 34 artigos catalogados permitiu identificar a evolução das pesquisas sobre o tema, com destaque para os anos de 2014 e 2017, que concentraram 29,4% das publicações. Entre as abordagens mais utilizadas prevaleceram os estudos de caráter qualitativo.

Evidências salientadas pela leitura integral dos artigos têm ratificado a importância da governança no contexto dos APLs. Ao envolver a participação de diferentes atores e nortear ações conjuntas, favorecem a promoção da competitividade e desenvolvimento empresarial e local. No entanto, a litera-

tura tem chamado atenção para a necessidade de aprimorar a governança nos APLs, sinalizando a existência de uma série de desafios relacionados às dificuldades para sua implementação e eficácia, tais como: empresas líderes ou âncoras que dominam a coordenação, dificultando a participação de empresas menores nos processos de planejamento e decisão; ausência de prática de negociações abertas e contínuas, carência de expressiva representatividade, estratégias e iniciativas divergentes e fragmentadas, entre outras.

A revisão apresentada também permitiu constatar que, apesar dos vários enfoques abordados nas pesquisas catalogadas, existem lacunas que podem orientar pesquisas futuras. Como sugestão, recomenda-se a realização de estudos teóricos e empíricos, a fim de identificar e analisar as contradições e fragmentações nas interações de governança relacionadas aos problemas ambientais em APL, considerando suas particularidades.

Uma outra fronteira de pesquisa pode ser a sugestão de estratégias na condução da governança em APL para que os diversos atores obtenham melhores resultados por meio da organização e gestão de ações conjuntas.

Como oportunidade de pesquisa, sugere-se ainda a utilização de metodologias quantitativas multicritérios, tais como a *Analytic Hierarchy Process* (AHP), para verificar quais fatores devem estar presentes nas interações de governança em APL.

Como qualquer outro estudo de mesma natureza, este também possui suas limitações. Dentre elas, o limitado número de bases de dados utilizadas, e em vista disso, é possível que consultas em outras bases possam aumentar a amostra e por sua vez evidenciar novos resultados.

As contribuições desta revisão sistemática podem interessar a acadêmicos e profissionais que desejam investigar a temática através da ampliação do escopo da pesquisa, como por exemplo, selecionando outros critérios de busca, de exclusão e de inclusão, bases de dados diferentes, bem como a utilização de outras técnicas de revisão de literatura.

Cabe ainda destaque, que, como aponta Fuini (2013), as aglomerações produtivas e APLs se manifestam como territorialidades de forte conotação econômica e histórico-cultural, mas são especialmente uma expressão territorial de uma ação ou política de desenvolvimento regional. Esse debate, portanto, ao ter no território categoria analítica indispensável e sendo esta uma categoria fundamental do conhecimento geográfico, constitui contribuição relevante para os estudos da geografia econômica e do desenvolvimento como campo interdisciplinar para estudos teóricos e proposições de atuação

de múltiplos agentes e políticas públicas. Respaldo se encontra na literatura analisada, ao considerar a distribuição das atividades econômicas no território; os mecanismos de governança e suas repercussões territoriais e para o desenvolvimento; a perspectiva da sustentabilidade, impressa na governança sustentável; a ideia de cadeias e interações globais; a multiplicidade que o conceito de desenvolvimento tem adquirido, nas expressões do desenvolvimento regional, local, territorial. Esses elementos colocam, portanto, a necessidade de se problematizarem as relações aqui propostas com o crescente olhar da interdisciplinaridade. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. C. R. de.; CARIO, S. A. F. Relações interativas e estruturas de governança no Arranjo Produtivo Local de transformados plásticos de Santa Catarina. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.16, n.1, p.138-164, jan./jun. 2013.

ALVES, S. T. J.; GONÇALVES, C. A.; PARDINI, D. J. Governança e Inovação em Redes Industriais: um estudo do setor produtivo de bolsas e calçados. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l], v. 16, n. 39, p. 11-26, 2014. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p11>.

AMARAL FILHO, J do. **Sistemas e Arranjos Produtivos Locais-SAPLs**. Nota Técnica. Fortaleza/Rio de Janeiro: RedeSist, 2009.

ANTERO, C. A. da S.; EMMENDOERFER, M. L.; MEDIOTTE, E. J.; DALLABRIDA, V. R. Arranjos Produtivos Locais e Representação de Interesses no Turismo. **RA'EGA**, Curitiba, v.55, n.1, p. 93-112, 2022. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v55i0.81577>.

ANTERO, C. A. da S.; TAVARES, B.; ANTONIALI, L. M.; GAVA, R. Modelo analítico para a compreensão da Governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.12. n. 3, p. 371-396, 2016. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v12i3.2527>.

AZEVEDO FILHO, E. T.; RIBEIRO, A. C. A governança em aglomerações produtivas: análise sobre o setor cerâmico de Campos dos Goytacazes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.7, n.1, p. 96-129, jan./abr. 2011. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v7i1.360>.

BAPTISTA, J. do R. V; ALVAREZ, V. M. P. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.1, n.113, p. 59-81, 2007.

BITANTE, A. P.; DONAIRE, D.; PREARO, L. C.; GASPAR, M. A. Análise dos fatores componentes da governança em Arranjos Produtivos Locais. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 27, p. 235-270, jan./jun. 2018.

CAMPOS, A. C de.; TRINTIN, J. G; VIDIGAL, V. G. Estrutura de Governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). **Textos de Economia**, Florianópolis, v.12, n.1, p.134-155, jan./jun. 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. M. H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In*: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL,

M. L. (org.). **Pequenas empresas**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2002.

CASSIOLATO; J. E.; VARGAS, M. **Implementação e avaliação de políticas para Arranjos Produtivos Locais**: Proposta de modelo analítico e classificatório. Rio de Janeiro: Redesist/UFRJ, 2012. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/textos/td-2012>. Acesso em : 21 nov. 2023.

CONEJERO, M. A.; CESAR, A da S. A governança de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para a gestão estratégica de Indicações Geográficas (IGS). **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 293-314, 2017. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20160010V2012017>.

FARINA, M. C.; BITANTE, A. P.; BRITO, L. C.; PINHEIRO, L. R. D. Análise de Redes Sociais no Arranjo Produtivo Local dos Ramos Têxtil e de Confecções da Região da Grande São Paulo a Partir de uma Visão de Governança. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 3, n. 98, p. 36-52, 2017. <https://doi.org/10.13037/gr.vol33n98.3791>.

FUINI, L. L. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2012. [10.1590/S1518-70122012000100009](https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000100009).

FUINI, L. L. Os arranjos produtivos locais : uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 57-83, 2013. [10.9771/1984-5537geo.v9i2.6985](https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v9i2.6985).

FUINI, L. L. A Governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs): Algumas Considerações Teóricas e Metodológicas. **Geografia**, Londrina, v. 23, n.1, p. 57-83, jan./jun. 2014.

GEREFFI, G. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of International Economics**, [s.l.], v. 48, n. 1, p. 31-70, 1999. [http://dx.doi.org/10.1016/S0022-1996\(98\)00075-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0022-1996(98)00075-0).

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994.

GUSSONI, W. M da S.; WEISE, A. D.; MEDEIROS, F. S. B. Cooperação e Governança nos APLs: o caso das empresas de Software no Paraná. **Desenvolvimento em Questão**,

[s.l], v. 13, n. 29, p. 125-157, jan./mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2015.29.125-157>.

HERRMANN, F. F *et al.* Arranjos Produtivos Locais de alimentos e agroempresas familiares: evolução das dimensões estratégicas. **Interciência**, [s.l], v. 42, n. 8, p. 529-535, 2017.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. **IDS Working Paper**, n. 120, 2000.

KRAG, M. N.; SANTANA, A. C de.; SALOMÃO, R. de P.; MARTINS, C. M. A Governança do Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil na Região da Calha Norte, Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l], v. 55, n. 3, p. 589-608, 2017. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550310>.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Políticas para arranjos produtivos locais no Brasil. *In*: OLIVEIRA, F.B. (ed.). **Política de Gestão Pública Integrada**, Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

MARINI, M. J.; CORRÊA NETO, G de. Cooperação territorial: análise do capital social e da governança local do Arranjo Produtivo Local de Móveis do Sudoeste do Paraná. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 117-139, 2018. [10.17058/redes.v23i3.12225](https://doi.org/10.17058/redes.v23i3.12225).

MELLO, J. A. V. B.; PINTO, B. G. J. Relações de poder e hierarquia em um arranjo produtivo local de uma cidade brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, [s.l], v.2 , n. 69, p. 257-281, 2022. <https://doi.org/10.15359/rgac.69-2.9>.

MENTZER, T.J.; KAHN, K.B. A framework of logistics research. **Journal of Business Logistics**, [s.l], v. 16, n. 1, p. 231-50, 1995.

OLIVEIRA, C. M. de; SANTANA, A. C de. A Governança no Arranjo Produtivo de Grãos de Santarém e Belterra, Estado do Pará: uma análise a partir do grão soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 683-704, out./dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400006>.

PATIAS, T. Z.; MARCHI, J. J. M.; ALVES, L da C.; WITTMANN, M. L. Governança de arranjo produtivo local: um estudo de caso no APL do Leite de Santana do Livramento, RS, Brasil. **Gest. Prod**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 622-635, 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-530X1218-16>.

QUEIROZ, T. R. Forms of governance in Local Productive Arrangements. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 71-78, 2013. [10.1590/S1518-70122013000100007](https://doi.org/10.1590/S1518-70122013000100007).

SACOMANO NETO, M.; PAULILLO, L. F de O. E. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 1131-1155, jul./ago. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000400011>.

SALUME, P. K. P.; GUIMARÃES, L. O.; RANTISI, N. M. Governance In Clusters: An Analysis From the Perspective of System Dynamics. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 341-64, 2019. <https://doi.org/10.14211/regepe.v8i2.1119>.

SILVA, C. C.; TAVARES, B.; SILVA, J. N. G. Governança em APL: ações coletivas, cooperação e coordenação em um APL de software. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 106-120, abr./jun. 2015. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v14i2.2078>.

STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibility, hierarchy and regional developments: the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s. **Research Policy**, North-Holland, v. 20, n. 5, p. 407-422, 1991.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, mai./ago. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2007000200017>.

SZAPIRO, M.; LEMOS, C.; LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; VARGAS, M. V. Panorama histórico da RedeSist e fundamentação teórica da abordagem de APL. *In*: MATOS, M. P.; CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; LEMOS, C.; SZAPIRO, M. (org.). **Arranjos produtivos locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da Redesist**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

TAHIM, E. F.; ARAÚJO JÚNIOR, I. F de. A Carcinicultura do Nordeste Brasileiro e sua Inserção em Cadeias Globais de Produção: foco nos APLs do Ceará. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 3, p. 567-586, jul./set. 2014. [10.1590/S0103-20032014000300009](https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000300009).

TEIXEIRA, M. C.; TEIXEIRA, R. M. Relacionamento, Cooperação e Governança em Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de madeira e móveis do estado de Rondônia. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 237-269, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-23112011000100009>.

TEIXEIRA, T. R. A. Fragmented and Diverging Strategies and Initiatives as the Pattern of Governance Outcomes in Brazilian Local Productive Arrangements. **Journal of Latin American Geography**, [s.l.], v.19, n.2, p. 60-68, 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/751961>. Acesso em: 15 nov. 2023.

THORPE, R., HOLT, R., MACPHERSON, A. & PITTAWAY, L. Using knowledge within small and medium sized firms: a systematic review of the evidence. **International Journal of Management Reviews**, [s.l.], v.7, n.4, p. 257-281, 2005. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2370.2005.00116.x>.

TRANFIELD, D., DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1067-1089, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000500005>.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 85- 111, jan./abr. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000100005>.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism: firms, markets and relational contracting**. New York: Free, 1985.

ZAMBRANA, A de A.; TEIXEIRA, R. Governança e suas implicações na promoção da cooperação em APLs: evidências em Sergipe. **Revista Organizações em Contexto**, [s.l.], v. 12, n. 23, p. 1-41, 2016.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Adriana Correia Lima Franca: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Escrita – primeira redação.

Christiane Luci Bezerra Alves: Supervisão, Escrita – revisão e edição.

Fábio Domingues Waltenberg: Escrita – revisão e edição.

EDITOR DO ARTIGO

Cláudio Luiz Zanotelli

Artigo recebido em: 13/05/2024

Artigo aprovado em: 06/08/2024

Artigo publicado em: 02/09/2024